

30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

NA RAÇA PELA DEMOCRACIA: A LUTA POLÍTICA DOS JORNAIS NEGROS NA
DITADURA (1977/1988)

Gabrielle Oliveira de Abreu
Mestranda no PPGHC/UFRJ
abreugabis@gmail.com

Introdução

Mesmo após mais de três décadas de seu fim, a ditadura civil-militar¹ ainda preserva terreno fértil na historiografia brasileira. Historiadores e demais estudiosos das ciências humanas (sociólogos, juristas, antropólogos) têm se debruçado sobre a temática na tentativa de interpretar e traduzir um íterim de vinte e um anos que para o tempo cronológico significa muito pouco, mas para a sociedade brasileira representa um evento marcado pela profunda necessidade de esclarecimentos e reparações nos dias atuais.

A novidade, trazida pelos trabalhos concretizados nos últimos anos, foi expandir as noções de prejuízo ocasionado pelos desmandos da ditadura. Essas pesquisas evidenciam que a experiência sentida pelo Brasil entre os anos de 1964 e 1985 está muito distante de uma *ditabranda*, tal como os entusiastas da ditadura preferem acreditar. Tais análises levam em consideração os tratamentos descomunais dispensados pelo regime à população negra (KÖSSLING, 2007; PEDRETTI, 2018; DE JESUS, 2016), aos indígenas (CALHEIROS, 2015), à população LGBTQI+ (GREEN e QUINALHA, 2014), aos trabalhadores rurais e urbanos (CORREIA e FONTES, 2016; SANTANA, 2014), às favelas cariocas (PESTANA, 2014), às mulheres (TELES, 2014) e às localidades fora do eixo Rio-São Paulo (historicamente mais verificado nas pesquisas sobre ditadura). Felizmente, as Comissões da Verdade - ainda que com limitações² - dedicaram capítulos dos seus relatórios finais para a dissertar sobre algumas dessas facetas³.

¹ Nos apropriamos da categoria “ditadura civil-militar” acompanhando parte da historiografia do tema que credita também a determinados setores civis da sociedade brasileira a execução do golpe de 1964, que afastou João Goulart do poder e instaurou uma ditadura que durou 21 anos. Ver: Melo, 2012.

² Essas limitações dizem respeito a pouca flexibilidade no significado de “vítima” mobilizado pelas comissões. Trataremos mais disso adiante. Ver: Petretti, 2007.

³ Nos referimos aqui às produções finais elaboradas pela Comissão Nacional de Verdade (2015), pelas comissões estaduais da verdade do Rio de Janeiro e de São Paulo e demais comissões estaduais da verdade espalhadas pelo país, como no Paraná, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e etc.

O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto de pesquisa iniciado em 2019, que consiste numa investigação das atuações de entidades do movimento social negro na ditadura civil-militar tomando por base os jornais e boletins produzidos por estes grupos⁴. Desejamos que esta pesquisa contribua na ampliação do que se entende por vítima do regime militar. Neste artigo, primeiramente, faremos uma breve exposição sobre a necessidade de expandirmos a compreensão de vítima da ditadura, bem como a ressignificação do que entendemos por violência praticada pelo Estado nesse período. Após esta seção, daremos um panorama das ações dos movimentos negros desde a década de 1930 com o intuito de demonstrar os impactos do golpe de 1964 no ativismo negro. Por fim, apresentaremos o estado atual da pesquisa e os desafios e ambições a serem percorridos até a conclusão da dissertação.

Expansão da categoria “vítima”

Já durante a ditadura civil-militar, se costurou um perfil bem marcado do que seria o militante que atuava pelo fim do regime de exceção. A ele, eram atribuídas as características de ser jovem, na maioria das vezes do sexo masculino, cidadão, heteronormativo, de pele branca, universitário e oriundo das classes mais abastadas da sociedade (PEDRETTI, 2017, p. 65-66). Cristalizou-se no imaginário social e nas narrativas da História Oficial, portanto, este “modelo de vítima”. A forjação deste perfil militante foi amplamente mobilizada pelas forças da repressão para consolidar a ideia de que só era “prejudicado” no regime quem agia de maneira subversiva. Tal narrativa saiu vitoriosa e não raro é ouvir nos dias de hoje que aqueles os quais foram presos, torturados e mortos ou desaparecidos de maneira forçada apenas sofreram as consequências da desobediência aos ditames oficiais da ditadura. A historiografia clássica referente ao tema também pecou ao legitimar, ainda que de maneira involuntária, esse tipo de visão⁵. Fez isso ao focar quase que totalmente nas experiências traumáticas⁶ dos militantes da luta armada e dos grupos clandestinos de combate ao regime.

⁴ Pesquisa de mestrado iniciada em março de 2019 no PPGHC/UFRJ sob orientação da Prof^a Dra. Beatriz Bissio.

⁵ Cabe ressaltar que entendemos que numa pesquisa científica, seja ela historiográfica ou não, fazer escolhas é imprescindível. Infelizmente, essas escolhas acarretam em postular uma narrativa e obliterar outras.

⁶ Para Carlos Fico, a ditadura civil-militar brasileira pode ser interpretada junto aos demais eventos que constituem o que chamamos de “eventos traumáticos”, tendo em vista as violências que caracterizaram o período (2012, p. 44).

As manifestações artísticas e as mídias em geral colaboraram com esse entendimento retratando em filmes, séries, músicas, peças de teatro e telenovelas a luta política da esquerda armada e personificando o militante a partir das características supracitadas. Ao longo dos anos 1990 e 2000, muitas foram as películas que representaram os esforços desses grupos por um Brasil livre de autoritarismos, imperialismos e exceções⁷.

Evidentemente, esses empenhos em abordar as experiências da militância de esquerda, sejam eles acadêmicos ou artísticos, não são ilegítimos: esses grupos merecem tamanha representatividade e, mesmo com essa atenção, ainda não foi possível identificar todas as violações praticadas contra eles e nem aflorar na população brasileira um apelo por retratações. O que queremos atentar aqui é para o desequilíbrio na exposição de narrativas e o desserviço que tal lógica traz para um efetivo trabalho por memória, verdade e justiça.

Ao longo dos anos, fica cada vez mais evidente a necessidade de alargar o escopo que envolve os vitimados pelos excessos do regime militar. Para tanto, é primordial que repensemos a tipologia de violência mobilizada até então (PEDRETTI, idem). Se considerarmos enquanto “dano” provocado pela ditadura somente as prisões arbitrárias, as sessões de tortura, as mortes e os desaparecimentos forçados seguindo os números oficiais, paradoxalmente ainda não daremos conta de toda a perversidade do regime. Considerando apenas esta tipologia, perigamos deixar de lado traços importantes da ditadura, como o racismo, o sexismo, a homofobia e o classismo. A categoria “vítima” é ampliada quando incluímos no arquétipo clássico da violência ditatorial as remoções de favelas cariocas, as perseguições aos movimentos negros, a opressão ao nascente movimento de gays, lésbicas e travestis, o genocídio de grupos indígenas, os prejuízos aos trabalhadores das cidades e do campo, dentre outras violações.

Com o movimento negro, foco de nossa observação nesse texto, a ditadura civil-militar sustentou o mito da democracia racial ao acusar o ativismo negro de criar cisões inexistentes entre negros e brancos no Brasil (DE JESUS, 2016, p. 1-2). A ditadura se aproveitou do imaginário racista pré-existente e engendrou uma perseguição silenciosa, porém contundente, contra às ações de um movimento social negro recém-estruturado.

⁷ Destacamos aqui: *Em Busca de Iara* (2013), *Batismo de Sangue* (2006), *O Que É Isso, Companheiro?* (1997), *O Ano em Que Meus Pais Saíram de Férias* (2006), *Hércules 56* (2007) e *Lamarca* (1994).

Cerco ditatorial aos movimentos sociais negros

Cabe aqui uma retrospectiva das atividades empreendidas pelo movimento negro brasileiro desde 1945, pelo menos, para que possamos entender o impacto do golpe de 1964 em suas ações. Entre os anos 1937 e 1945, o país passou pela ditadura do Estado Novo no qual manifestações de movimentos sociais diversos foram embargadas. Os grupos políticos negros não passaram ilesos e também sofreram com os abusos de poder praticados no contexto (DOMINGUES, 2007, p. 107). À época, a entidade do ativismo negro de maior força era a Frente Negra Brasileira (1931-1937) que, segundo estimativas otimistas, chegou a arregimentar 100 mil membros em todo o país⁸ (DOMINGUES, 2008, p. 61-69). A FNB foi uma das associações negras que encerraram suas agendas ante a repressão estadonovista. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, o movimento negro retoma suas ações de maneira revigorada, já que o plano de fundo o qual propiciava o ativismo antes da ditadura continuava instalado e ainda agravado⁹. No decorrer de pouco mais de vinte anos, muitas entidades negras surgiram ao redor do país. A União dos Homens de Cor (Porto Alegre, 1943), União Cultural dos Homens de Cor (Rio de Janeiro, 1962) e a União Catarinense dos Homens de Cor (Blumenau, 1962) são algumas delas. A mais expressiva, entretanto, era o Teatro Experimental do Negro concebido por Abdias do Nascimento ao final de 1944. O TEN foi idealizado a partir de práticas e mentalidades que colocavam os negros numa condição subalterna e ridicularizada nas artes e na sociedade como um todo. Conjugava atuações políticas e artísticas na tentativa de construir uma mobilização capaz de intervir nas estruturas institucionais de poder

⁸ Idealizada na cidade de São Paulo em 1931, a FNB surge nos moldes de associativismo e possuía caráter reativo frente à segregação latente e cotidiana que existia na cidade de São Paulo e em outras regiões do país. A organização prestava diversos serviços aos seus associados negros e contava com um organograma complexo. Contava com muitos departamentos e comissões para garantir a realização dos serviços e conquistar novos membros. Em pouco tempo, a FNB despertou o interesse de muitas pessoas de cor e cresceu consideravelmente. A FNB alcançou filiais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul, apesar da disseminação não representar centralização institucional (GOMES, 2005, p.48). A maioria das informações que temos da Frente Negra Brasileira é fruto do jornal que a organização criou em 1933. No periódico *A voz da raça*, a FNB compartilhava seus serviços, suas confraternizações, notícias de interesse para as pessoas de cor, literatura e, principalmente, expunha o “modelo de negritude” que era esperada que seus associados seguissem. (GOMES, 2005, p.

⁹ O contexto continuava grave “primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população ‘de cor’ continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência.” (GUIMARÃES apud DOMINGUES, 2007, p. 108).

(NASCIMENTO, 2017, p. 161-168). O ambiente de reconstrução do ativismo de negras e negros no Brasil é drasticamente assolado pelo golpe de 1964 e pelas medidas subsequentes.

A partir de 1964, inseridos num ambiente pouquíssimo propício às manifestações políticas, os projetos de Abdias e demais líderes são abafados e o movimento esmorece. Nas palavras de Petrônio Domingues, “ele [o golpe de 1964] desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do ‘preconceito de cor’ no país” (2007, p. 111). O próprio Abdias, figura política de destaque na militância negra, decide por um auto-exílio¹⁰. Algumas movimentações resistentes ainda ocorrerem após o golpe, mas sem o caráter de uma organização integrada¹¹.

É interessante perceber como os movimentos negros e suas iniciativas são brecados diante da consolidação de regimes de exceção, seja a instauração do Estado Novo em 1937 ou do golpe civil-militar de 1964. Segundo Haroldo Costa (ator, escritor e militante negro):

Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva.
(COSTA apud CEV-SP, 2015, p. 1)

As atividades do movimento negro ganham novas proporções a partir do ano de 1978 quando entra em cena uma importante entidade que se mantém viva até hoje: o Movimento Negro Unificado. Já no momento de distensão política e em paralelo com o ressurgimento de demais movimentos de cunho social, o MNU é traçado com a proposta de articular uma

¹⁰ O autoexílio de Abdias durou 13 anos, entre 1968 e 1981. O intelectual optou pelos Estados Unidos, mas também viveu na Nigéria. Nos EUA, foi professor visitante em importantes universidades do país e dedicou-se tenazmente na vocação de artista plástico. Para o sociólogo Túlio Custódio, o exílio de Abdias representa uma “fronteira” em sua trajetória: “O ‘Exílio’, nesse sentido, se constitui uma fronteira na trajetória de Abdias do Nascimento. Uma fronteira simbólica, que perpassa a descoberta de novas possibilidades, oportunidades e condições de reconstruir a si mesmo e determinar sua memória em relação ao passado, presente e futuro em sua trajetória”. (2011, p. 158)

¹¹ Petrônio Domingues mapeou algumas dessas organizações: “ Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo *Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu, no interior da juventude negra, o movimento *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime.” (2007, p. 112)

militância negra a nível nacional. O MNU de 1978 formulou as bases político-ideológicas que esteiam a formação de diversas entidades do movimento negro até os dias atuais (DOMINGUES, 2007, p. 111-117). Certamente, é o segmento do movimento negro brasileiro de maior perenidade.

Na esteira das movimentações negras - agora reformuladas -, surgem, no bojo do MNU e de outros grupos, jornais alternativos diversos que exprimiam suas ambições políticas, plataformas ideológicas e experiências pessoais. Ou seja, suas leituras de mundo.

Os jornais alternativos negros

A idealização e confecção de jornais têm sido práticas comuns às várias parcelas do ativismo negro no Brasil desde o século XIX. Esses jornais constituem importantes fontes na investigação de reflexões e ações dos movimentos sociais negros que atuaram (e atuam) no país. A adoção de jornais na luta antirracista demonstra uma crença na imprensa como articulação importante na defesa de direitos fundamentais para a população negra. Em linhas gerais, os “jornais negros” se apresentam como espaço para denúncias, trocas de informações, disseminação de ideias, reivindicações e conclamações.

Graves restrições às diversas manifestações culturais e políticas, por meio dos aparelhos de censura, marcaram o período em que o Brasil experienciou a ditadura civil-militar ¹². Os muitos e variados jornais alternativos que surgiram nesse contexto constituíram um importante movimento de reação à tentativa de imposição de silêncios tão característica em regimes de exceção. Tais jornais, além do cunho abertamente político e panfletário, ofereciam uma narrativa que se pretendia contra hegemônica e de valorização da subjetividade dos seus autores. Entre essas publicações, haviam jornais de diferentes propostas: jornais de esquerda, de movimentos de bairro, contraculturais, do movimento estudantil, feministas e os jornais desenvolvidos por correntes do movimento social negro (KUCINSKI, 1991, p. 5-15). Estes últimos, objeto central de nossa pesquisa, tiveram vida útil bem curta e muitas dificuldades em relação à circulação, tiragem e financiamento, porém, ainda assim, são deveras representativos na história do protesto negro no Brasil contemporâneo.

¹² Detalhes da logística desses aparelhos podem ser verificadas em KUSHNIR, 2004.

Selecionamos três desses jornais (*Versus*, *Revista Tição* e *Nêgo*) a fim de reconstituir como era o cotidiano político das entidades do movimento negro que resistiram aos imperativos da ditadura. Como cotidiano político, entendemos as filosofias, as influências político-intelectuais, as interações entre outros grupos do movimento negro e demais lutas e as formas de organização estratégicas e reativas contra a ditadura e a favor da redemocratização. Nos interessa também aspectos da dinâmica interna dos jornais, como os leitores, os financiamentos e os dados sobre tiragem e circulação.

O jornal de esquerda *Versus* (1975-1979), de São Paulo, foi um dos principais periódicos que surgem nessa atmosfera de resistência e trouxe consigo um diferencial: o enaltecimento à identidade latina, frequentemente em pauta. Essa reivindicação latina era identificável na forma e no conteúdo do *Versus*, no qual muitos de seus autores traziam observações comparativas entre as realidades brasileiras e dos demais países da América Latina. Presente no jornal a partir da 12ª edição (1977), a coluna Afro-Latino-América foi o espaço no interior do *Versus* destinado às denúncias e críticas acerca da experiência histórica do negro brasileiro muitas vezes fadada à marginalização e ao descaso. Também nas páginas negras do *Versus* havia destaque para a “importância da presença africana na América Latina” (*Versus*, n.12, 1977:30) alinhando, portanto, os conceitos de raça, classe e latinidade na narrativa. No seio da coluna, nasce o Grupo Afro-Latino-América, que ultrapassou a militância das páginas do jornal e interferiu ativamente na agenda do movimento negro paulista.

A *Revista Tição* (1978-1980) do Rio Grande do Sul foi produzida por jornalistas negros insatisfeitos com a ausência de narrativas acerca da experiência histórica do negro brasileiro nos jornais da grande imprensa. O descontentamento também existia por conta da impossibilidade verificada por esses jornalistas de incluir discussões sobre racismo na pauta desses grandes jornais. Criar um jornal que expusesse os anseios da comunidade negra do sul do país foi a solução encontrada pelos jornalistas para exercerem o seu ofício sem deixar de pautar causas raciais. *Tição* possui a peculiaridade de ter sido idealizada na região com menos negros da unidade federal e, logo, consiste em um retrato importante do ativismo negro do Rio Grande do Sul¹³.

¹³ De acordo com o recenseamento demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente à década de 1980, a população preta e parda da região Sul consistia em 2.899.618 de indivíduos (aproximadamente 6% do total da população preta e parda de todo o território

O jornal *Nêgo* (1981) representa o MNU, influente movimento de reestruturação da luta negra no Brasil pós 1964 já mencionado aqui.



1. Edição 23 do Jornal Versus (1978)

2. Edição nº 1 da Revista Tição (1978)

3. Edição nº 14 do Jornal Nêgo (1988)

Pretendemos reconstituir, por intermédio desses jornais negros, algumas das práticas exercidas pelo movimento negro brasileiro durante a ditadura militar, pois as consideramos como importantes contribuições dos ativistas negros ao engajamento antiditadura e pró-redemocratização.

As ações do movimento negro à época tratam-se de mais uma faceta da resistência à ditadura civil-militar pois estas reuniam argumentos que evidenciavam o racismo cronicamente presente no dia a dia de negros e negras no Brasil, ao passo que o regime civil-militar, alicerçado na convicção de que as relações raciais no Brasil seriam absolutamente harmoniosas, comprou e vendeu o mito da democracia racial (DE JESUS, 2016, p. 4). É certo que a ditadura não inventou o enunciado que contraria o racismo no Brasil. Porém, o intensificou ao afirmar a não existência de tensões de cunho racial no país. Para a ditadura, o enunciado dos negros organizados era respaldado e financiado pela esquerda (que supostamente articulava uma

nacional). A título de comparação, a população preta e parda do estado do Rio de Janeiro consistia em 4.375.707 cidadãos (12% de toda a população preta e parda do Brasil).

dominação comunista) e considerado uma tentativa de criar antagonismos inexistentes no Brasil (KOSLLING, 2011, p. 289). Percebemos nas convicções do governo ditatorial uma certa incredulidade quanto à capacidade de articulação de militantes negros e negras. Ainda assim, as movimentações que contrariavam a certeza do regime em uma harmonia de raças eram postas em constante vigilância e veementemente desmentidas.

Logo, havia uma discrepância entre as convicções acerca de raça e racismo sugeridas pelo movimento negro e pela ditadura civil-militar. Para os coletivos negros constituídos durante o regime militar, o maior desafio era romper com o mito da democracia racial (ALBERTI; PEREIRA, p. 1-2). Conforme já mencionado, essa pesquisa pretende contribuir no projeto de estabelecimento de uma imagem crítica acerca das experiências negras no Brasil ao analisar as ações de resistência promovidas por movimentos sociais negros durante a ditadura civil-militar. Analisar criticamente esses grupos significa também identificar equívocos e possíveis lapsos em suas atividades.

Considerações finais

O trabalho que expusemos aqui – ainda em andamento - endossa a ala da historiografia que analisa os efeitos da repressão e da vigilância próprias do regime no cotidiano político de minorias sociais. Como vimos, essa perspectiva também pode ser verificada nos relatórios finais das Comissões Estaduais da Verdade de São Paulo e do Rio de Janeiro, que reservaram capítulos específicos para o tratamento dessa faceta da ditadura. Os estudos que possuem a ditadura civil-militar enquanto objeto de análise são fundamentais nos dias de hoje, já que uma parcela reacionária da sociedade recorre, muitas vezes de maneira equivocada, aos aspectos da ditadura relativizando episódios de repressão, tortura e vigilância.

Outro esforço intelectual o qual esta pesquisa tende a se aproximar é o dos trabalhos acerca do pós-abolição no Brasil, que se empenha em reconstituir trajetórias de indivíduos e coletivos negros outrora alijados das historiografias clássicas. Ainda que nosso objeto esteja circunscrito num recorte temporal próprio de História do Brasil Contemporâneo e distante há mais de 80 anos do processo de abolição da escravidão no Brasil, investigar o pós-abolição e seu processo histórico “também significa invadir outras veredas da história do Brasil republicano, envolvendo espaços, tempos e agências variadas” (DOMINGUES; GOMES, 2011, p. 9). Pretendemos, por conseguinte, seguir a indicação de tal campo da História

percorrendo trajetórias de personalidades e associações negras que caracterizaram o ativismo antirracista contemporâneo no Brasil na tentativa de comprovar que negros e negras estiveram a par, enquanto agentes políticos, de todos os conflitos que marcaram a República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **História do movimento negro no Brasil:** constituição de acervo de entrevistas de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. 15f.

_____. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil:** entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014a. v. 1.

_____. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014b. v. 2.

CALHEIROS, Orlando. “**No Tempo da Guerra?**: Algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil”. Re-vista Verdade, Memória e Justiça. V9. 2015.

CARVALHO, José Murílio de. **Cidadania No Brasil:** o longo Caminho. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO. **Relatório Final.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/kV1tro>. Acesso em: 08 ago. 2019.

COMISSÃO DA VERDADE DE SÃO PAULO. **Relatório Final.** São Paulo: CEV-SP, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 08 ago. 2019.

CORREA, Larissa; FONTES, Paulo. **As falas de Jerônimo:** Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. Anos 90. V. 23, n. 43, p. 129-151. 2016.

CUSTÓDIO, Túlio Augusto Samuel Custódio. **Construindo o (auto) exílio:** Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981. 2011. 181f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DE JESUS, Marize Conceição. **O regime militar e a questão racial:** o interdito. Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, 2007, vol.12, no.23, p.100-122.

_____. **A Nova Abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. **Cidadania por um fio:** o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). Revista Brasileira de História [online]. 2014, vol.34, n.67, pp.251-281.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis:** o caso brasileiro. Varia história, 2012, vol.28, n.47, pp.43-59.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades.** Repressão, Resistência e a busca da Verdade. São Paulo: Edufscar, 2014.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. **As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983).** 2007. 314f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983).** In. GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “Civil-Militar”?** Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural: Ano XIII, no27, 2o semestre 2012, p. 39-53.

PEDRETTI, Lucas. **Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da Comissão Nacional da Verdade a partir do seu acervo.** Revista do Arquivo. 2017, Ano II, nº 5, p. 62-76.

_____. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970.** 2018. 149f. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **Mundo Negro: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PESTANA, Marco Marques. **Golpe de 1964, ditadura e favelas cariocas: Reflexões sobre as formas da dominação de classes.** In: Trabalhadores e Ditaduras – Brasil, Espanha e Portugal. Badaró M., Marcello; Vega, Rubén (Orgs). 2014. Consequência Editora.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro.** Revista Direito e Práxis. [online]. 2018, vol.9, n.2, pp.1054-1079.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

SANTANA, Marco Aurélio. **Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil.** EM PAUTA, n. 33, v. 12, p. 85-96.

SANTOS, José Antônio dos. **Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil.** Revista Historiæ, 2011, 2(3): p.143-160.

SILVA, Marcelo Leolino da. **A História no discurso do Movimento Negro Unificado: os usos políticos da História como estratégia de combate ao racismo.** 2007. 129f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de São Paulo, Campinas, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar.** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, jun. 2014, v.2, n.2, p. 9-18.